

MARIA PAULA MENESES
E BRUNO SENA MARTINS
(Org.)

As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais

Alianças secretas, mapas imaginados

Prefácio por Boaventura de Sousa Santos



AS GUERRAS DE LIBERTAÇÃO E OS SONHOS COLONIAIS: ALIANÇAS SECRETAS, MAPAS IMAGINADOS

ORGANIZAÇÃO

Maria Paula Meneses e Bruno Sena Martins

AUTORES

Amélia Neves de Souto | Aniceto Afonso | Bruno Sena Martins | Carlos de Matos Gomes
Catarina Gomes | Celso Braga Rosa | Maria Paula Meneses | Miguel Cardina

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78 e 80 – 3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

??????

Agosto, 2013

DEPÓSITO LEGAL

??????/13

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais:

Alianças Secretas, Mapas Imaginados

Org. Maria Paula Meneses, Bruno Sena Martins (CES)

ISBN 978-972-40-5196-3

I – MENESES, Maria Paula

II – MARTINS, Bruno Sena

CDU 325

355

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	7
PREFÁCIO	9
<i>Boaventura de Sousa Santos</i>	
INTRODUÇÃO: O <i>Exercício Alcora</i> no jogo das alianças secretas	15
<i>Maria Paula Meneses e Bruno Sena Martins</i>	
Violência, Testemunho e Sociedade: Incómodos e silêncios em torno da memória da ditadura	29
<i>Miguel Cardina</i>	
O Olho do Furação? A África Austral no contexto da Guerra Fria (década de 70)	41
<i>Maria Paula Meneses</i>	
Regressos? Os <i>retornados</i> na (des)colonização portuguesa	59
<i>Maria Paula Meneses e Catarina Gomes</i>	
<i>Exercício Alcora</i> : Um projeto para a África Austral	109
<i>Aniceto Afonso</i>	
A Africanização na Guerra Colonial e as suas Sequelas	
Tropas Locais – Os vilões nos ventos da História	123
<i>Carlos de Matos Gomes</i>	
Relações entre Portugal, África do Sul e Rodésia do Sul e o <i>Exercício ALCORA</i> : Elementos fundamentais na estratégia da condução da guerra – 1960-1974	143
<i>Amélia Neves de Souto</i>	
Estilhaços do <i>Exercício Alcora</i> : O epílogo dos sonhos coloniais	171
<i>Maria Paula Meneses, Celso Braga Rosa e Bruno Sena Martins</i>	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	179
LISTA DE ACRÓNIMOS	189
NOTA SOBRE OS AUTORES	193

AGRADECIMENTOS

Aos que aceitaram participar no projeto que resultou neste livro, com quem partilhamos saberes e trabalho;

A preciosa colaboração dos colegas que têm trabalhado em vários aspetos deste projeto e que nos apoiaram em múltiplas ocasiões, e, em especial, à Iolanda Vasile e à Carolina Peixoto;

A todos que participaram nos vários encontros públicos de discussão deste tema, pelo importante contributo em informações e ideias que permitiram o enriquecimento do estudo;

Ao Centro de Estudos Sociais que apoiou a realização do Colóquio internacional que está na origem deste livro;

À Natércia Coimbra e, através dela, ao Centro de Documentação 25 de Abril, parceiros deste projeto;

Ao Ministério da Defesa e à Fundação para a Ciência e Tecnologia (fcomp-01-0124-feder-009271/fcomp-01-0124-FEDER-019531/fcomp-01-0124-FEDER-008664), que criaram as condições para a realização do trabalho que esteve na base deste livro;

A todos os arquivos e bibliotecas consultados, pelo apoio dado;

Às associações de militares que nos apoiaram até ao fim, tornando possível que este livro hoje esteja nas suas mãos.

O OLHO DO FURACÃO? A ÁFRICA AUSTRAL NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA (DÉCADA DE 70)

Maria Paula Meneses

*Como dizer-vos o tamanho
do nosso sonho?
Durante séculos
Esperámos que um Messias viesse libertar-nos...
Até que compreendemos [...]
O nosso sonho tem o tamanho da Liberdade.¹*

*Os brancos estão aqui para ficar
e a única forma de se produzir uma
mudança construtiva é através deles.²*

1. A Questão Colonial e as Independências Africanas

Em outubro de 1970 três países distintos – África do Sul, Rodésia e Portugal –, partilhando um mesmo interesse, a luta contra o comunismo e o seu braço armado, o nacionalismo africano, assinaram um acordo que permaneceu secreto e esquecido durante longos anos. Este acordo estabelecia as condições de cooperação entre estes três países, unidos por um interesse comum: ‘a manutenção da soberania dos seus territórios’.³ Para a África do Sul do *apartheid* ou para a Rodésia da UDI,⁴ o acordo garantia a sobrevivência de regimes brancos, minoritários, na África Austral. Já Portugal manteria uma

¹ Excerto de um poema presente no cartão da FRELIMO do Ano Novo de 1969.

² *National Security Study Memorandum 39* (US National Security Council), em El-Khawas e Cohen, 1976: 105.

³ ‘Exercício ALCORA – Março de 1972’, Arquivo da Defesa Nacional, Cx. 6179.1.

⁴ Unilateral Declaration of Independence – Declaração Unilateral de Independência, proclamada em 1965, e que não alcançou reconhecimento internacional.

total inflexibilidade quanto à possibilidade de Moçambique ou Angola ascenderem à independência, na sequência dos ventos de mudança que assolavam o continente.

Uma das consequências diretas da II Guerra Mundial foi a perda da centralidade da Europa no sistema mundo. No contexto africano, visto até meados da década de 50 como espaço colonial, como dependente da Europa, o impacto da alteração da correlação de forças vai traduzir-se em rápidas mudanças políticas, com o acelerar das independências africanas, negras. É neste contexto que 1960 seria conhecido como o ano de África, período em que dezassete novos países independentes surgiram no mapa geopolítico global.⁵ Mas a aposta política de Portugal, quer com Salazar,⁶ quer com Marcello Caetano,⁷ perseguia um rumo diferente das opções seguidas pelo Reino Unido ou França em relação à ‘descolonização’ em África,⁸ defendendo, até ao final, que as suas ‘colónias’ eram parte integrante de Portugal pluricontinental.

Estamos em África há 400 anos, o que é um pouco mais de ter chegado ontem. Levamos uma doutrina, o que é diferente de ser levados por um interesse. Estamos com uma política que a autoridade vai executando e defendendo, o que é distinto de abandonar aos chamados ‘ventos da história’ os destinos humanos (Salazar, *apud* Gaspar, 2001: 195).

Alguns anos antes, em dezembro de 1955, Portugal foi aceite como membro das Nações Unidas, tendo sido de imediato confrontado com o problema das suas províncias ultramarinas. Para Portugal, as reformas anteriores haviam sido essenciais: a justificação apresentada pelo então ministro português dos negócios estrangeiros, quanto à situação dos territórios não-autónomos (de acordo com o artigo 73 da Carta da ONU), era de que Portugal não era

⁵ Essas independências contribuíram decisivamente para alargar o grupo afro-asiático anticolonial na ONU. Este ano marcou também o início da denúncia internacional do colonialismo português. Antes de 1950, no continente africano, havia apenas quatro nações independentes, uma das quais era a África do Sul. A África do Sul foi um dos 51 países que assinaram, em 1945, o pacto fundador da ONU. A África do Sul foi um dos países que mais apoiou a defesa dos interesses coloniais de Portugal nas Nações Unidas.

⁶ António de Oliveira Salazar manteve-se à frente do governo português entre 1932 e 1968.

⁷ Marcello Caetano, último chefe de governo do Estado Novo (1968-1974).

⁸ Intervenção de Adriano Moreira ‘Portugueses, mas não tanto...’ no âmbito do ciclo *1961, O ano de todos os perigos*, organizado pelo Centro de Estudos Sociais em 2011.

responsável por quaisquer territórios que se enquadrassem naquele artigo da Carta (Nogueira, 1961: 41).⁹ Nas vésperas da assinatura do *Exercício Alcora*, Marcello Caetano acentuaria a especificidade portuguesa:

não fazemos distinção de raças, somos todos os que nascemos à sombra da bandeira verde-rubra, unicamente portugueses, radicalmente portugueses, portugueses iguais à face da Pátria e iguais à face da Lei! (1969a: 23).

O início dos anos 60, profundamente marcados pelo crescimento do bloco afro-asiático na ONU, pelos sobressaltos que a convulsão política que o Congo de Lumumba havia provocado no mundo, e pelo início da guerra em Angola, em 1961, vai traduzir-se numa crescente visibilidade da África subsaariana, dos seus movimentos políticos, lutas e atores. No extremo Austral do continente as opções políticas sinalizam um novo período de relações. Nestes territórios a situação colonial (Balandier, 1951) – incluindo a posição da África do Sul do *apartheid* e dos seus partidários – estava a ser crescentemente contestada nos planos políticos e ideológicos. Com o crescendo das reivindicações nacionalistas, as exigências do direito à autodeterminação vão subindo de tom, ganhando grande apoio internacional. Esta transformação, fruto da descolonização política, vai dar origem à emergência de um outro paradigma político, o III Mundo.

Com o equilíbrio do mundo modificado, fruto de várias transformações quer políticas quer económicas, o poder global deslocou-se para os EUA e para a (ex) URSS (Minter, 1988). Por razões distintas (mescladas de interesses ideológicos, políticos e estratégicos), estes países opunham-se à permanência da situação colonial, tendo aderido aos ideais anticoloniais (M'Bokolo, 2007: 492). Estas posições suscitaram nos povos das colónias a esperança de serem encorajados e apoiados na sua marcha para a liberdade (Thiam, Mulira e Wondji, 1993).

Os primeiros anos da década de 1960 vão conhecer igualmente o início da guerra em Moçambique e, dois anos depois, as primeiras ações armadas no território da África do Sul. Em dezembro de 1966 uma unidade da SWAPO atacou uma quinta, conhecida como Maroelaboom, trazendo a guerra para

⁹ As reformas que antecederam a entrada de Portugal na ONU transformaram-no numa nação pluricontinental, composta por províncias metropolitanas e ultramarinas, ou seja, num país sem colónias (ex. Lei nº 2048, referente à revisão constitucional, promulgada a 11 de junho de 1951). Veja-se também o capítulo de Maria Paula Meneses e Catarina Gomes, neste livro.

o território do Sudoeste Africano. Pouco tempo depois o Umkhonto we Sizwe (MK), braço armado do ANC, realizaria uma ação armada, regionalizando a guerra (Welsh, 2000).

O que este exemplo ressalva é a presença de projetos nacionalistas ativos na frente de luta armada. Esta presença assinala a emergência de um conflito mais amplo, que ultrapassou a diferença entre o projeto soviético e o projeto ocidental. Em termos efetivos, estes confrontos traduziram-se em inumeráveis eventos de extrema violência, manifestação quente, regional, da Guerra Fria (Westad, 2007; Shubin, 2008). Um estudo mais detalhado da Guerra Fria nesta região, onde a África do Sul, com o seu crescente poder económico e militar, surgia como uma potência emergente e incontornável, imputa-lhe a responsabilidade da imersão da região na ‘guerra civil internacional do século XX’ (Onslow, 2009: 2).

A África do Sul, no contexto da Guerra Fria, consolidou a sua posição de defensora dos valores do Ocidente contra a infiltração e expansão do comunismo no mundo (Correia e Verhoef, 2009). E esta ligação vai manter-se até aos anos 60, quando os movimentos nacionalistas ganharam força na ONU, denunciando a colonização, o racismo e a exploração económica a que os povos colonizados estavam sujeitos.

Os processos identitários – enquanto homens e mulheres, africanos e europeus, religiosos ou não, bem como pelas combinações destas e outras facetas – marcam o presente. E estas identidades estabelecem exigências éticas: as opções no presente refletem as ligações a movimentos, lutas e histórias precisas. Neste sentido, a combinação entre os contornos da Guerra Fria no Norte global, e as suas especificidades no Sul global apontam que a importância dada à especificidade local pode resultar na impossibilidade de uma análise comparada deste período. Combinando o estudo detalhado do confronto vivido na África Austral, primeiro entre os *países Alcora*¹⁰ e os movimentos nacionalistas e, depois, entre a África do Sul do *apartheid* e a Rodésia, sua aliada, e os restantes países do mundo, abre-se o campo para uma análise complexa desta realidade e das suas implicações no presente. São várias as interpretações e as realidades, apontando a impossibilidade de uma só história da Guerra Fria em África ou na Europa.

¹⁰ Vejam-se os capítulos de Aniceto Afonso e Amélia Souto, neste volume.

2. Os Movimentos Nacionalistas

No campo dos estudos pós-coloniais, Boaventura de Sousa Santos analisa como o apagamento físico e/ou cognitivo de povos colonizados se constituiu como pedra angular da criação da modernidade ocidental e do desenvolver do pensamento abissal, quando as distinções passam a ser estabelecidas através da divisão do mundo em universos distintos: o espaço ‘deste lado’ e o espaço ‘do outro lado’ da linha. As realidades que ocorriam no mundo colonial não comportavam as normas, os conhecimentos e as técnicas que se usavam no ‘velho mundo’. Criou-se assim um princípio ‘universal’ em relação às populações das colónias, vistas agora como sub-humanas, desprovidas da capacidade de pensar, inferiores, parte do domínio da emoção mas fora do universo da racionalidade científica; em termos políticos, esta ideologia traduziu-se na transformação dos habitantes dos espaços coloniais em súbditos, administrados por sistemas legais desiguais, imobilizados em categorias legais rígidas e forçados a processos de assimilação, dada a impossibilidade de copresença dos dois lados desta linha abissal (Santos, 2007: 4-5). A missão colonial de civilizar tornou-se, a partir de meados do século XIX, a peça central da doutrina colonial europeia em relação aos territórios ultramarinos africanos, com as fronteiras da civilização a serem agora estabelecidas a partir dos referenciais europeus de ser e de estar.

Na maioria dos países africanos subsaarianos as modernas organizações nacionalistas emergem após a II Guerra Mundial.¹¹ E a Guerra Fria vai provocar um forte impacto neste processo, reforçando o rol de exigências emancipatórias presentes na agenda nacionalista destes movimentos. E estas agendas colocavam em cima da mesa a necessidade de negociação, de forma dialógica, com outros projetos políticos. No espaço metropolitano português o paradigma dominante – o das colónias vistas como beneficiando da ação civilizadora europeia – continuou sendo o predominante, encontrando eco nas lutas de movimentos de democratização e abertura social, que combatiam ativamente

¹¹ Mas há exceções. No caso da África do Sul, por exemplo, o ANC é formado em 1912. Em Moçambique e Angola, por outro lado, as elites intelectuais africanas, objeto da ação da ideologia e da política coloniais, viram na ‘civilização’, por várias décadas, o exemplo a seguir, alvará de passagem – pela educação e pelo trabalho – do não ser ao ser, lutando por ser português (Meneses, 2010). Como Mário de Andrade (1998) apontou criticamente, o problema desta geração nas várias colónias foi o de não ter conseguido ultrapassar a contradição entre ser negro e português. Oscilando entre as suas raízes e as opções coloniais, quando chegou a altura de optar entre serem negros ou portugueses, escolheriam, na maioria das vezes, o segundo termo.

o regime fascista e se posicionavam contra o colonialismo. Porém, o fim da II Guerra Mundial vai modificar radicalmente este paradigma, quando vários jovens provenientes de colónias africanas começam a exigir o direito de falar em nome dos seus próprios povos, defendendo o direito à autodeterminação dos seus povos (Andrade, 1998; Mondlane 1985 [1969]).

Estes projetos – e a tradição que lhes estava associada – representavam a possibilidade de ampliação democrática para além do debate entre o 1.º e o 2.º mundo, pela radicalização do conhecimento da razão das reivindicações políticas. Esta exigência está plasmada no pensamento de vários políticos que iriam fundar a CONCP,¹² em 1961: a luta nacionalista, libertadora, era acima de tudo um ato cultural e um ato de cultura.¹³

O estudo da história das lutas de libertação nacional mostra que geralmente essas lutas são precedidas por um aumento da expressão da cultura, consolidada progressivamente através de tentativas com sucessos e insucessos, na afirmação da personalidade cultural dos povos oprimidos, como forma de negociar com a cultura do opressor. Quaisquer que possam ser as condições dos povos, dos fatores políticos e sociais implicados na relação de dominação, é normalmente na cultura que encontramos as sementes da oposição, o que conduz à estruturação do desenvolvimento dos movimentos de libertação (Cabral, 1973: 43).

Esta mudança em relação à consciência da raça, apelo dominante do paradigma anterior, reflete uma mudança política, anúncio das independências africanas como antecipação de um futuro utópico, uma utopia comprometida com a formação de novas sociedades (Andrade, 1988, Tomás, 2007). A inclusão das populações indígenas no domínio da cidadania ‘nacional’ portuguesa deixara de ser o grande objetivo de luta (Rocha, 2009).

Estes novos projetos bebiam de muitas experiências e iniciativas que haviam emergido em contexto Europeu nos anos que mediaram entre a I e a II Guerras Mundiais: o desafio marxista, em conjunto com as provocações surrealistas, alargaram o espaço experimental das possibilidades de mudança à espiritua-

¹² CONCP – Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas. Esta associação definiu, entre outras medidas, a necessidade de uma ação conjunta para o amplificar da luta nacionalista, contribuindo para acelerar a derrota total do colonialismo português. ‘Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas – Casablanca – CONCP’, Arquivo Histórico-Diplomático, GNP/RNP/0222/07692.

¹³ E não o resultado da pressão de provocadores comunistas, como Salazar interpretava esta exigência (Chilcote, 1972: 2-4).

lidade. Combinado com as aspirações do forte movimento pan-africano e os desafios feministas, então em expansão, estas novas perspectivas humanistas, a partir da música, da pintura, da poesia e do folclore, desafiavam o caráter destrutivo do capitalismo e do colonialismo sobre o qual o Ocidente se erguera. Socorrendo-se da herança cultural dos povos que haviam sofrido a violência colonial, apelavam à liberdade da cultura a partir da amplificação da imaginação, da improvisação e da palavra oral, ao mesmo tempo que questionavam as razões da manutenção da escravatura e do genocídio trazidos pela relação colonial. É neste cadinho cultural que Césaire escreveu o seu manifesto contra o colonialismo:

Falam-me de progresso, de ‘realizações’, de doenças curadas, de níveis de vida elevados acima de si próprios.

Eu, eu falo de sociedades esvaziadas de si próprias, de culturas espezinhadas, de instituições minadas, de terras confiscadas, de religiões assassinadas, de magnificências artísticas aniquiladas, de extraordinárias possibilidades suprimidas. [...] Falo de milhões de homens arrancados aos seus deuses, à sua terra, aos seus hábitos, à sua vida, à dança, à sabedoria. Falo de milhões de homens a quem inculcaram sabiamente o medo, o complexo de inferioridade, o tremor, a genuflexão, o desespero, o servilismo. [...]

Falam-me de civilização, eu falo de proletarização e de mistificação (Césaire, 1978 [1955]: 19-21).

Em diálogo com Césaire e muitos outros intelectuais, jovens africanos oriundos do espaço colonial português – entre outros, Amílcar Cabral, Mário de Andrade, Noémia de Sousa, Alda Espírito Santo, Marcelino dos Santos, Edmundo Rocha – iriam discutir novos projetos políticos combinando correntes tão diversas como o modernismo, onde vão buscar o conceito de liberdade criativa e a profunda admiração pelos modos de pensar e práticas das sociedades pré-coloniais africanas; o surrealismo, donde resgatam a estratégia de revolução da mente; o marxismo, de onde obtêm a ideia da revolução das forças produtivas (Tomás, 2007) e o feminismo, que contestava o não-lugar das mulheres na relação colonial-capitalista. Será esta geração que produzirá a rutura com as lutas antifascistas (e anticoloniais) para avançar com projetos nacionalistas, avançando, muitas vezes, outras propostas, combinando diversos conceitos e conceções políticas. A luta passou a ser pela possibilidade de democraticamente se lutar pelas combinações de saberes e experiências. Estes debates não se restringiam apenas ao uso do conhecimento para o

desenvolvimento e emancipação dos povos colonizados; visavam também trazer o direito das diferentes formas de conhecimento a uma existência sem marginalização ou subalternidade por parte da ciência oficial, defendida e apoiada pelo estado colonial.

Este debate consolidou nos movimentos a importância do ‘retorno às fontes’, para a (re)conquista do poder de narrar a própria história e, portanto, de construir a sua imagem, a sua identidade. Este processo passou necessariamente por um diálogo crítico sobre as raízes das representações, questionando as geografias e semânticas associadas a conceitos que insistem em manter os países africanos como espaços de atraso. Num outro patamar, obrigou a uma reflexão e diálogos sobre a articulação entre os problemas e características locais, africanos, e os projetos nacionalistas globais, nem sempre articulados da melhor forma.

Posteriormente, a cooperação entre os movimentos que lutavam pela independência do cone Austral de África reforçar-se-ia para além das fronteiras definidas pela relação colonial. Forças sul-africanas, namibianas, angolanas, moçambicanas e zimbabwianas partilhariam espaços de luta pela liberdade, democracia e justiça social, consolidando a frente de luta contra um opositor comum: o projeto de hegemonia branco para a África Austral (Bragança e Wallerstein, 1978).

Para além do apoio de instituições internacionais – da ONU, do movimento dos não-alinhados (Young, 2005), da OUA,¹⁴ entre outras – várias alianças se forjaram, marca do alargamento da base de apoio à luta nacionalista. Neste contexto é de destacar o Manifesto de Lusaca, de 1969. Publicado no mesmo em que Kissinger apresentou ao Presidente norte-americano Richard Nixon o famoso Memorandum 39, (El-Khawas e Cohen, 1976), estes dois documentos apresentam pontos convergentes e divergentes sobre o futuro do continente africano (Shamuyarira, 1977: 427). Estes documentos apontam também os traços gerais da política regional africana e do Ocidente quanto à questão dos regimes minoritários em África (Evans, 1985; Minter, 1988; Oliveira, 2007).

¹⁴ Organização da Unidade Africana, estabelecida em 1963, e que teve como objetivo central a união de esforços para libertar o continente do jugo colonial. Esta associação, cumprido este objetivo, cessaria a sua função em 2002, para ser substituída pela União Africana.

3. As Ligações Internacionais

Uma análise mais detalhada das estruturas económicas e políticas presentes no cone Austral de África nos finais da década de 60 revelam detalhes essenciais.

Para os países que haviam ascendido à independência, o desafio da construção de uma economia soberana, fora dos circuitos montados pela relação colonial, era um imperativo.

O Manifesto de Lusaca referia claramente que os países signatários, funcionando no âmbito da OUA, privilegiavam ‘negociar a destruir; falar em vez de matar’,¹⁵ afirmando sempre o seu apoio total aos movimentos e organizações empenhados na luta nacionalista no cone Austral do continente. Em suma, a luta armada e as negociações mantinham-se em cima da mesa como propostas para a solução do problema, derivado da presença de regimes minoritários na região, embora a possibilidade de conciliação fosse oferecida à África do Sul caso aceitasse a mudança para um regime democrático cujas eleições assentassem no princípio ‘um homem, um voto’.

Mas a África do Sul adiaria esta proposta por mais de duas décadas. Neste caso, tal como para os restantes territórios da África Austral, um elemento de referência resulta de a economia e a política serem então controlados por uma burguesia branca, minoritária. No caso da África do Sul, era esta burguesia que estava no poder e que controlava o complexo militar e mineiro, principais pilares de uma economia em expansão e crescentemente ligados ao capital internacional (Minter, 1988).

No lado rodesiano a situação era semelhante. A aliança política no poder dependia, para a sobrevivência do poder branco, da manutenção de um sistema colonial-capitalista que garantisse o controlo da terra e da força de trabalho barata (Shamuyarira, 1977: 450).¹⁶ As políticas seguidas levaram à constituição de enormes reservatórios de mão-de-obra que, formados politicamente, iriam produzir os levantamentos populares que sacudiram os *territórios Alcora*¹⁷ a partir dos anos 70.

Apesar da relação complexa que mantinha com o Ocidente, fruto do regime do *apartheid*, a África do Sul asseguraria por alguns anos a defesa do seu projeto nacional identificando-se com o mundo branco. A paz e o progresso que o

¹⁵ “The Lusaka Manifesto on Southern Africa”, produzido durante a 5ª Cimeira de Estados da África Central e Oriental, Lusaca, 14-16 de abril de 1969.

¹⁶ Metade da área total da Rodésia e mais de 80% da sul-africana correspondiam, nos anos 70, a plantações agrícolas.

¹⁷ Territórios de Angola, Namíbia, Moçambique, Rodésia e África do Sul.

projeto branco garantiam eram, na opinião de vários defensores do *apartheid*, postos em causa nesta região pelas ideias comunistas e nacionalistas.

Esta república é parte do domínio do homem Branco no mundo, [...] e esta parte do continente africano é, também, uma âncora da civilização Ocidental. O homem Branco, e o espírito que o ilumina, atributo que o trouxe até este dia e que continuará a dar-lhe inspiração no futuro, será sempre necessário onde a ordem, a paz e progresso são desejados (Verwoerd, 1966).¹⁸

Mais a norte, em ambas as margens do Atlântico, esta posição encontrava, nesta altura, forte respaldo. Politicamente, o lugar de exceção da África do Sul, era interpretado por Portugal, como sendo o garante dos valores civilizacionais:

Podemos afirmar estar-se ali na parte de África mais rica e mais desenvolvida, com interdependências insubstituíveis, com a fixação por vezes multiseular de numerosa população branca, na maior parte dos casos responsável pela direcção da economia e pelo progresso das populações, e além voltada para o Ocidente na cultura dominante e nas opções ideológicas (Salazar, 1967: 10).

Todavia, isto não significa que houvesse coincidência política. A África do Sul desconfiava das opções políticas de Portugal face à questão colonial (Correia e Verhoef, 2009) e, especialmente, da defesa da ‘multiracialidade’, um dos pilares da política colonial portuguesa; e Portugal procurava não ser obrigado a afirmar o seu apoio direto à África do Sul.¹⁹ A Rodésia, sem acesso direto ao mar, dependia estruturalmente dos apoios dos seus vizinhos, que não observavam as sanções económicas que lhe haviam sido impostas pela ONU: de Portugal²⁰ e da África do Sul.²¹

¹⁸ Discurso do primeiro-ministro sul-africano Hendrik Verwoerd, a 31 de maio de 1966. Disponível em <http://hendrikverwoerd.blogspot.pt/2010/12/may-31-1966-prime-minister-verwoerd-on.html> e acedido a 10 de setembro de 2012.

¹⁹ Em junho de 1970 Vorster esteve de visita a Portugal, tendo conferenciado com Marcello Caetano sobre assuntos militares e da construção da barragem de Cahora Bassa. Como o *Diário de Lisboa* referenciou (edição de 5 de junho), ‘quer portugueses quer sul-africanos classificaram a visita como uma jornada de trabalho, evitando cuidadosamente chamar-lhe oficial’.

²⁰ No caso rodésiano, o apoio a Portugal estendeu-se a homens, aviões e munições, assim como no apoio na formação de militares especializados na identificação do inimigo, os Grupos Especiais de Reconhecimento.

²¹ Países como a Suíça ou a então Alemanha Ocidental mantiveram ligações comerciais com a Rodésia até bastante tarde, não obstante as sanções limitativas promulgadas pela ONU (Nelson, 1983); mais a oriente, o Japão continuou a comercializar com a Rodésia, abrindo-se à

Estes três países, que partilhavam o controlo da África Austral, contavam com vários aliados. No caso dos Estados Unidos, o início da década de 70 ficou marcado por uma linha que procurava estabelecer uma política construtiva, que gerou a inauguração de um episódio de *détente* (i.e., o relaxamento da tensão face à ex-URSS). Na prática, esta doutrina política traduziu-se no apoio a países aliados, como o eram a África do Sul e Portugal, ambos a braços com insurreições armadas.

É neste contexto que Kissinger encomenda o já citado relatório que produziu vários cenários refletindo as possibilidades de mudança política no cone Austral. O cenário que mais apoio recolheu privilegiava a concertação ao confronto, refletindo objetivos que, em vários momentos, se identificavam com os avançados pelo Memorando de Lusaca.

Os brancos estão aqui para ficar e o único caminho de mudança construtiva possível terá de ser feito através deles. Não há esperança que os negros ganhem direitos políticos através da violência que apenas conduzirá ao caos e aumento das oportunidades para os comunistas. [...] Através de um relaxamento seletivo da nossa posição em relação aos regimes brancos iremos encorajar algumas modificações das suas políticas coloniais e raciais. [...] Os nossos interesses tangíveis são a base dos nossos contatos na região e estes podem ser mantidos com um custo político aceitável (El-Khawas e Cohen, 1976: 105).

Para Kissinger, a África do Sul do *apartheid* transformou-se num aliado poderoso nos confrontos da Guerra Fria (Gleijeses, 2002). Internacionalmente, esta mudança na política americana sinalizou também o alargamento da base de apoio por parte de outros países da NATO.²² No contexto da África Austral, a mudança na posição americana contribuiu para o endurecimento de uma política dos países aí presentes, que viram nesta abertura um sinal para endurecerem as suas posições, quer no campo político, quer militar. E aqui

importação de bens aí produzidos. O Irão transformou-se no principal fornecedor de petróleo e Portugal garantia à Rodésia a transformação dos produtos aí produzidos nos seus próprios, emitindo falsos certificados de origem e mascarando os circuitos de comércio (Okoth, 2006). A África do Sul nunca observou as sanções contra a Rodésia (Minter e Schmidt, 1988).

²² North Atlantic Treaty Organization – Organização do Tratado do Atlântico Norte. Estrutura defensiva internacional que integra vários países ocidentais. De entre estes os principais fornecedores de armamento eram, para além dos Estados Unidos, a França, a Alemanha Ocidental e o Reino Unido.

se pode encontrar uma das justificativas para o avanço do *Exercício Alcora*, que se consolidaria no ano seguinte.²³

4. A constituição do *Exercício Alcora*

Para a África do Sul, a presença de movimentos nacionalistas no cone Austral era um alerta sobre os riscos que a minoria no poder teria de enfrentar. Portugal e a Rodésia viam-se já a braços com situações de insurgência. A definição de um inimigo comum, que procurava a queda dos regimes minoritários, é o que vai marcar esta cooperação entre Portugal, África do Sul e a Rodésia.²⁴

As boas relações entre a África do Sul, a Rodésia, o Malawi e as colónias portuguesas de Angola e Moçambique eram essenciais para a luta ‘anti-subversiva’ que estes países levavam a cabo na região, tentando evitar que ali se estabelecessem bases de apoio às operações das guerrilhas, que colocavam em causa o projeto de hegemonia branca. Desde meados da década de 1960 que estes países começaram a desenhar o perfil dos ‘pactos militares secretos de assistência mútua local’,²⁵ e das alianças económicas bilaterais; ou seja, a solução apostada para lutar contra o nacionalismo foi o reforço das alianças económicas e militares entre os três países do extremo Sul do continente. No caso português, a participação nesta aliança, como bastião dos interesses ocidentais coloniais, resultou na formação da mais extensa ‘fronteira militar’ da história de Portugal (Nogueira, 1987: 291), extremamente difícil de assegurar, como vários capítulos deste volume tratam.

A participação sul-africana em ações militares em Angola data de finais da década de 60. Para além de apoio em armamento e viaturas, a África do Sul participou, desde cedo, em operações conjuntas, como a ‘Operação Bombaim’,²⁶ que se desenrolou no sul de Angola (1968-1969 – veja-se a figura 1). Porque o inimigo, i.e., as forças nacionalistas angolanas, continuavam a progredir no

²³ Através do *Exercício Alcora* Portugal beneficiou, para além do apoio em armamento, de aviões e helicópteros, assim como na realização de fotografias aéreas (África do Sul e Rodésia), com a possibilidade de os seus militares poderem ser evacuados para hospitais militares da África do Sul.

²⁴ ‘Plano de Defesa para a África Austral’, Arquivo Histórico Militar, FO, 007, B, 44, Cx. 370, nº 1.

²⁵ ‘Ensaio sobre os pontos referidos no discurso do Presidente do Conselho na Assembleia Nacional’, Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Arquivo de Salazar, AOS/CO/NE-30B, de abril de 1962.

²⁶ ‘Operação Bombaim, Angola’, Arquivo Histórico Militar, FO, 007, B, 44, Cx. 370.

FIGURA 1
Cooperação Luso-Sul-africana na 'Operação Bombaim'

MUITO SECRETO
ao BGG/203/3/3/31

ANÁLISE DE CUSTOS DA OPERAÇÃO "BOMBAIM",

AO APOIO AOS PORTUGUESES: PERÍODO

DE JUN68 a DEZ69

1. A Força Aérea Sul Africana tem estado a apoiar os Portugueses, no E e SE de ANGOLÁ, em apoio directo e indirecto, desde JUN68.
2. Apoio Directo. Por apoio directo entendem-se os voos feitos contra o inimigo, ou os voos feitos em missão de apoio directo, como, por exemplo, no transporte de combustíveis, óleos e lubrificantes e no transporte de abastecimentos, para as forças de segurança.
3. Apoio Indirecto. Por apoio indirecto quere-se significar os voos feitos para apoiar o Componente Aéreo Nº.1, na sua missão de apoio aos Portugueses.
4. Bases de Cálculo.
 - a. Custo dos Voos.

Os custos dos voos foram calculados sobre o custo, em 1967, da hora de voo básico + 7% de tolerância para subida dos preços e, este total a multiplicar por um factor de conversão para cada tipo de avião. Por exemplo: a hora de voo básico, em 1967, custava R.198,38; este preço com + 7% ficará em R 212,26; o factor de conversão para o "Alouette III" é 1,4 pelo que uma hora de

DECLASSIFICADO
POR INSTRUÇÃO Nº 1
POSTO EM EXECUÇÃO EM 1998
MUITO SECRETO

terreno, a cooperação ampliou-se.²⁷ Em 1970 seguiu-se a ‘Operação Zig-Zag’, igualmente em cooperação com as forças militares sul-africanas (helicópteros), que visava o patrulhar e ‘varrer sistemático [de] uma das áreas suspeitas dos terroristas, adjacente à fronteira com a RAS.’

Membro da NATO, Portugal procurava internacionalizar a guerra, declarando como objetivo central das suas ações militares no cone Austral de África (Angola e Moçambique) a luta contra ‘invasões estrangeiras’, simbolizadas pelos apoios de vários países africanos aos movimentos nacionalistas.

Na frente de Moçambique, a penetração da FRELIMO na zona de Tete a partir de 1968, e a ameaça de travessia do Zambeze, para sul, em direção a Manica e Sofala²⁸ e à Zambézia, inquietavam não apenas as autoridades portuguesas mas também o governo rodesiano, o terceiro membro desta aliança. A progressão da guerrilha para sul permitiu ampliar a frente de luta, com a participação de forças nacionalistas zimbabwianas em ações conjuntas com a FRELIMO (Moiane, 2009: 145). O regime rodesiano, em resposta, reforçou da participação ativa das suas forças no palco de guerra em Moçambique:

O que aconteceu no Zumbo [Tete, na fronteira com a Rodésia] não é mais do que uma prova dos nossos esforços em retribuir os preciosos serviços que as Forças Armadas Rodesianas têm feito por Portugal, em Tete, com tal espírito de decisão, eficácia e colaboração leal, que nós não podemos deixar de sentir a maior gratidão e amizade pela Rodésia. A nossa guerra é similar e nós, portugueses, estamos também a lutar para resgatar a civilização ocidental dos bárbaros que ameaçam subverter o mundo.²⁹

A participação da tropa rodesiana branca, em ações conjuntas com a tropa portuguesa (especialmente com unidades comando),³⁰ foi denunciada várias vezes, incluindo quando foram abatidos três aviões rodesianos

²⁷ ‘Ponto de Vista Sul Africano Acerca Sudeste de Angola’, Arquivo Histórico Militar, Div. 2, Secção 2, Cx. 163, nº 9.

²⁸ Em 1972 a guerrilha moçambicana, tendo atravessado o rio Zambeze em Tete, entrou em Manica e Sofala, no centro do país, passando a ameaçar diretamente o Corredor da Beira, vetor fulcral de abastecimento da Rodésia. Entre 1972 e 1974 esta zona tornou-se num dos palcos mais sensíveis da Guerra Colonial (informações recolhidas em várias entrevistas realizadas em Moçambique e Portugal, em 2011 e 2012).

²⁹ ‘Relações com a Rodésia: Patrulhamento a sul do r. Zambeze, na área a sul do Zumbo, 1970’, Arquivo Histórico Militar, Fundo 63, Série 31, Cx. 980.

³⁰ Entrevista realizada em Moçambique, em junho de 2012.

(Moiane, 2009: 132). Em 1971, num discurso, Samora Machel, presidente da FRELIMO, denunciava esta cooperação:

Dois países enviaram já as suas tropas para Moçambique: a África do Sul e a Rodésia. Ainda em Abril deste ano, o próprio governo da Rodésia anunciou a morte dos seus soldados, e a destruição de suas viaturas, quando se encontravam em operações em Moçambique. Os aviões e helicópteros destes dois países participam em inúmeras operações contra as nossas forças (1977: 80).

Para a Rodésia, a independência de Moçambique, fruto da luta nacionalista, significava o fim do acesso direto ao porto da Beira, o potencial uso de território moçambicano para abrigar bases e outras infraestruturas de apoio dos movimentos nacionalistas zimbabwianos e o eco político do êxito da epopeia militar libertadora.³¹ Em suma, significava o princípio do fim.

É este o contexto em que se vão desenvolver as negociações para a constituição da aliança secreta – militar e económica – que ficou conhecida por *Exercício Alcora*.

5. A Cooperação Económica: Barragens e deslocados

Os avanços da guerra nacionalista exigiam o alargamento da preparação ideológica. Para o MPLA e FRELIMO, por exemplo, se no início para a afiliação se exigia apenas uma expressão de apoio geral aos objetivos políticos da luta, progressivamente as exigências reforçaram-se. Nos finais da década de 1960, os deveres e direitos de um membro do movimento apontavam mais exigências e cuidados na preparação política e militar: obrigava-se a que os membros se tornassem politicamente conscientes, aceitassem a disciplina militar, e estivessem prontos a lutar pelos objetivos dos movimentos. Isto significou o reforço da politização dos camponeses, a principal força dos exércitos nacionalistas. Por um lado, a maioria da população era camponesa; por outro lado, o avanço das ações de guerrilha resultou na criação de ‘zonas libertadas’, onde viviam os camponeses livres do saque do Estado colonial, do trabalho forçado, de culturas agrícolas obrigatórias, e de deslocamentos obrigatórios. Para sobreviver (comida) e para ampliar os apoios (informações, etc.) estes

³¹ Há inúmeras referências à perseguição, por forças rodesianas, de forças ‘inimigas’ (ZANU e ZAPU), nos territórios vizinhos (África do Sul, Moçambique e Botswana). Veja-se, por exemplo, inimigas/terroristas: <http://rhodesianforces.org/RhodesiaTerroristIncursions1966-1972.htm>.

movimentos precisavam também do consentimento concreto e material de grande número de pessoas no campo, especialmente mulheres.

Como Yussuf Adam refere (1993), a relação entre os guerrilheiros da FRELIMO e as populações desenvolveu-se ao longo de um eixo limitado pela repressão, por um lado, e a mobilização por outro. O equilíbrio manteve-se porque a população precisava do exército para se proteger e este precisava dela para sobreviver.

Estas bases de apoio foram fortemente abaladas pela implantação da política portuguesa de construção de aldeamentos. Rodeadas de arame farpado, estas aldeias procuravam reduzir ao extremo o apoio destas populações aos movimentos de libertação; tratava-se de eliminar seja o fornecimento de alimentos, seja a partilha de informações acerca da presença de unidades militares portuguesas.

Foi notório um reforço da presença de interesses capitalistas internacionais, como foi o caso da construção da barragem hidroelétrica de Cahora Bassa, em Moçambique (4 milhões de KW), e do complexo hidroelétrico no rio Cunene, em Angola (300 000 KW). Estas obras representavam, em simultâneo, o reforço da integração económica dos territórios coloniais portugueses na esfera do poder branco na África Austral (Middlemas, 1975) e a cumplicidade do mundo Ocidental, interessado acima de tudo na manutenção dos seus interesses nesta zona do mundo.

A hidroelétrica de Ruacana, no rio Cunene, integrava várias componentes. A parte de transformação elétrica ia ser construída na margem namibiana, embora as barragens (duas) estivessem planeadas para o lado angolano. Este plano, decidido apenas entre os governos da África do Sul e de Portugal, em 1969, foi financiado em grande medida pela África do Sul. As obras de Ruacana arrancaram pouco tempo depois da assinatura do acordo e, em 1973, a albufeira de Gove, em território angolano, estava terminada. À altura da independência de Angola, em 1975, a segunda barragem – a mais pequena, de Calueque – estava apenas parcialmente construída.³² Estas construções asseguravam o controlo sobre o fluxo de água necessário ao funcionamento do esquema hidroelétrico. Quando pronto, este sistema de barragens deveria ser suficiente para satisfazer as necessidades energéticas do Sudoeste Africano (Namíbia), incluindo da indústria mineira. O projeto incluía ainda a construção de um canal de fornecimento de água ao norte do Sudoeste Africano,

³² Estava situada a cerca de 13 quilómetros a norte de Ruacana.

frequentemente assolado por secas.³³ Por todas essas razões, a África do Sul colocou grande empenho na realização rápida desta obra.³⁴ Para Portugal, interessado em 1970 em ‘virar-se para a Europa sem virar as costas a África’,³⁵ estas obras assinalavam o sucesso do reforço da cooperação económica e militar com a África do Sul.

A declaração do profundo interesse do governo de Caetano no projeto de Cahora Bassa, no Zambeze, implicava claramente que o desenvolvimento e a integração regional basear-se-iam na estrutura socioeconómica colonial existente, uma perspetiva vividamente sublinhada em várias reportagens nacionais e internacionais sobre a importância regional do projeto (apoio energético à África do Sul e à Rodésia, para além de Moçambique) e a capacidade do projeto atrair um milhão de colonos portugueses, servindo assim de tampão à infiltração guerrilheira para sul.³⁶

Em ambos os casos, estas barragens tiveram múltiplos efeitos: em Cahora Bassa, mais de 40 000 camponeses foram afastados dos seus territórios ancestrais para a construção da albufeira. Mas os camponeses não foram apenas ‘deslocados’ das suas terras: estes camponeses foram obrigados a instalar-se em aldeamentos, estrategicamente construídos para evitar quaisquer contactos com ‘os terroristas da FRELIMO’, apostada que estava na sua progressão para Sul.³⁷ Os aldeamentos – em 1972-73 estavam já construídos mais de 250 aldeamentos em Tete – eram parte integrante do programa militar português de luta antissubversiva (Coelho, 1983). Esta política teve, como muitos referem, o resultado oposto ao esperado, ou seja, o reforço da progressão da FRELIMO para sul e a consolidação do apoio popular à luta nacionalista:

³³ ‘O Primeiro-ministro Vorster da África do Sul em Lisboa’, *Diário de Lisboa*, edição de 4 de junho de 1970.

³⁴ A importância desta barragem para os interesses sul-africanos é notória. A primeira ação militar sul-africana em Angola ocorreu em agosto de 1975, alguns meses antes da independência, com a tomada de Ruacana e Calueque pelas forças sul-africanas, afastando tropas da UNITA e do MPLA que entretanto tinham ocupado essas obras. A justificação dada pela África do Sul foi a da ‘proteção de nacionais sul-africanos e da defesa de obras financiadas pelo governo sul-africano, e vitais para as populações existentes na fronteira sul de Angola’ (‘Relações com África do Sul em 1975’, Arquivo Histórico Militar, Fundo 63, Série 6, Caixa 843, nº 47).

³⁵ Veja-se a nota 31.

³⁶ *Diário de Notícias*, em edição de 1 de outubro de 1969.

³⁷ Entrevista com antigo GE português estacionado em Tete (junho de 2012).

‘o forte apoio local é patente, pois as autoridades portuguesas conseguem muito pouca informação dos locais sobre a FRELIMO.’³⁸

O *Exercício Alcora* – conjugação de esforços militares e económicos para sustentar e reverter o curso da guerra no cone Austral, ao que se associaram várias manobras políticas visando independências ‘fantoques’, neocoloniais, para vários territórios –, procurou garantir e reforçar a manutenção dos interesses da minoria branca no poder, a chamada ‘terceira força’. Esta ‘terceira força’ marcava presença na África do Sul, Rodésia e nas ‘províncias ultramarinas’ portuguesas de Angola e Moçambique, territórios onde a comunidade ‘de origem europeia’ tinha uma presença forte.

A Guerra Fria traduziu-se, no palco da África Austral, na continuação do confronto entre dois projetos opostos, mas ambos expansionistas – o bloco capitalista e o bloco socialista. Qualquer deles olhou sempre para o problema africano na medida em que este era importante para alargar a sua esfera de influência, não lhes reconhecendo capacidade para desenvolver propostas alternativas. Pelo contrário, no campo dos movimentos nacionalistas, a luta era por mudanças radicais na então situação colonial: pelo direito da maioria ao poder, pelo alargamento da participação democrática nos critérios de cidadania, por outro projeto cidadão, ao qual a liderança do *apartheid* se manteve surda ainda durante muitos anos. De facto, no caso sul-africano, o *Exercício Alcora*, na sua dimensão mais ampla, permitiu ganhar tempo no atraso da transição política no país, ao criar um cordão de defesa para além das suas fronteiras.

³⁸ Veja-se a notícia de W. Nussey, um jornalista autorizado a penetrar na zona de guerra em Tete, em 1972: ‘The War in Tete, a Threat to All in Southern Africa’, W. Nussey, *Johannesburg Star*, edição de 1 de julho de 1972.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adam, Yussuf (1993), 'Mueda, 1917-1990: Resistência, colonialismo, libertação e desenvolvimento', *Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, 14: 9-101.
- Afonso, Aniceto; Gomes, Carlos Matos (2010), *Os Anos da Guerra Colonial: 1961-1975*. Matosinhos: Quidnovi.
- Alexander, Jocelyn; McGregor, JoAnn; Ranger, Terence (2000), *Violence and Memory. One hundred years in the 'dark forests' of Matabeleland*. Oxford: James Currey.
- Alexandre, Valentim (2000), *Velho Brasil, Novas Áfricas: Portugal e o império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento.
- Anderson, Perry (1962), 'Portugal and the End of Ultra-Colonialism', *New Left Review*, 1 (16): 88-123.
- Andrade, Mário Pinto (1998), *Origens do Nacionalismo Africano: Continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa, 1911-1961*. Lisboa: D. Quixote.
- Antunes, José Freire (1985), *Cartas Particulares a Marcello Caetano*. 2º volume. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Antze, Paul; Lambek, Michael (1996), 'Preface', in Paul Antze e Michael Lambek (orgs.), *Tense Past: Cultural essays in trauma and memory*. Nova Iorque: Routledge, i-ix.
- Baganha, Maria Ioannis; Góis, Pedro (1998), 'Migrações Internacionais de e para Portugal: O que sabemos e para onde vamos?', *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52-53: 229-277.
- Balandier, Georges (1951), 'La Situation Coloniale: Approche théorique', *Cahiers internationaux de Sociologie*, 11: 44-79.
- Bender, Gerald J. (1978), *Angola Under the Portuguese: The myth and the reality*. Berkeley: University of California Press.
- Birmingham, David (1998a), *Kwame Nkrumah: The father of African nationalism*. Ohio: Ohio University Press. (Artigo Matos Gomes)
- Birmingham, David (1998b), *História de Portugal. Uma perspectiva mundial*. Lisboa: Terramar. (Artigo retornados)
- Bragança, Aquino; Wallerstein, Immanuel (1978), *Quem é o Inimigo (I, II e III)?*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- Bragança, Aquino de (1986), 'Independência sem Descolonização: A transferência do poder em Moçambique, 1974-1975', *Estudos Moçambicanos*, 5/6: 7-28.

- Cabral, Amílcar (1973), 'National Liberation and Culture', in *Return to the Source: Selected speeches of Amílcar Cabral edited by Africa Information Service*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 39-56.
- Cabral, Amílcar; Olivier, Marc (1975), *The War in Angola: A socio-economic study*. Dar Es Salam. Disponível em http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=BIBLIOTECA_DIGITAL&nome_da_pasta=019050&numero_da_pagina=133. Consultado a 13 de Julho de 2012.
- Caetano, Marcello (1969a), *Somos Todos Portugueses Iguais à Face da Pátria e Iguais à Face da Lei (discursos pronunciados durante a viagem à Guiné, Angola e Moçambique, em Abril de 1969)*. Lisboa: Secretaria de Estado da Informação e Turismo.
- Caetano, Marcello (1969b), *Portugal Não Pode Ceder (discurso pronunciado no Palácio das Necessidades em 6 de Outubro de 1969)*. Lisboa: SEIT.
- Caetano, Marcello (1970), *Revisão Constitucional (Discurso proferido perante a Assembleia Nacional, a 2 de Dezembro)*. Lisboa: SEIT.
- Caetano, Marcello (1976), *O 25 de Abril e o Ultramar: Três entrevistas e alguns documentos*. Lisboa: Verbo.
- Cann, John P. (1998), *Contra-Insurreição em África, 1961-1974. O modo português de fazer a guerra*. S. Pedro do Estoril: Edições Atena.
- Cann, John P. (2001), 'Um Notável Feito de Armas', in Teixeira, Rui de Azevedo (org.), *A Guerra Colonial: Realidade e ficção. Livro de Atas do Iº Congresso Internacional*. Lisboa: Editorial Notícias, 129-140.
- Cardina, Miguel (2011), *Margem de Certa Maneira. O maoísmo em Portugal (1964-1974)*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Castelo, Cláudia (2004), 'A migração de Metropolitanos para Angola e Moçambique (1945-1974)', Comunicação apresentada no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, *A questão social no novo milénio*. Coimbra, 16-18 de Setembro de 2004.
- Castelo, Cláudia (2007), *Passagens para África. O povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole*. Porto: Afrontamento.
- Castilho, Rui de (2002), *O Capitão do Fim*. Lisboa: Prefácio.
- Castro, José Victor de Brito Nogueira e (2004), *Era Tempo de Morrer em África. Angola, guerra e descolonização. 1961-1975*. Lisboa: Prefácio.
- Caveiro, Camilo Sarmiento (1998), *Moçambique Meu Amor. 1498-1975. O trágico e o grotesco. Um testemunho contra a mentira da 'exemplar descolonização'*. E-Book. Disponível em www.macua.org/livros/caveira.html. Consultado a 10 de Junho de 2011.
- Cerezales, Diego Palacios (2011), *Portugal à Coronhada. Protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Césaire, Aimé (1978 [1955]), *Discurso sobre o Colonialismo*. Lisboa: Sá da Costa.
- Chilcote, Ronald H. (1972), *Emerging Nationalism in Portuguese Africa: Documents*. Stanford: Hoover Institution Press.
- Coccia, Giancarlo (2011), *A Cauda do Escorpião – O adeus a Moçambique*. Lisboa: Vertente.
- Cock, Jacklyn; Nathan, Laurie (orgs.) (1989), *War and Society: The militarization of South Africa*. Cidade do Cabo: New Africa Books.

- Coelho, João Paulo Borges (1983), *Protected Villages and Communal Villages in the Mozambican Province of Tete (1968-1982): A history of state resettlement policies, development and war*. University of Bradford, Ph.D. Thesis.
- Coelho, João Paulo Borges (1989), *Início da Luta Armada em Tete, 1968-1969. A primeira fase da guerra e a reação colonial*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
- Coelho, João Paulo Borges (2002), 'African Troops in the Portuguese Colonial Army, 1961-1974: Angola, Guinea-Bissau and Mozambique', *Portuguese Studies Review*, 10 (1): 129-150.
- Coelho, João Paulo Borges (2003), 'Da Violência Colonial Ordenada à Ordem Pós-Colonial Violenta: Sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colónias portuguesas', *Lusotopie* 2003: 175-193.
- Coelho, João Paulo Borges (2009), *A 'Literatura Quantitativa' e a Interpretação do Conflito Armado em Moçambique (1976-1992)*. Trabalho apresentado à Conferência Internacional Pobreza e Paz nos PALOP. Lisboa: Centro de Estudos Africanos ISCTE-IUL, Novembro de 2009.
- Coelho, João Paulo Borges (2010), 'Memory, History, Fiction. A note on the politics of the past in Mozambique'. Trabalho apresentado às *Journées d'étude 'Il était une fois les indépendances africaines... La fin des empires?'* Paris: EHESS Outubro de 2010.
- Correia, Paulo (2007), *Political Relations Between Portugal and South Africa from the End of the Second World War until 1974*. Johannesburg: University of Johannesburg, Tese de Doutoramento.
- Correia, Paulo; Verhoef, Grietjie (2009), 'Portugal and South Africa: Close allies or unwilling partners in Southern Africa during the cold war?', *Scientia Militaria – South African Journal of Military Studies*, 37 (1): 50-72.
- Costa, Artur (2000), 'O Julgamento da PIDE/DGS e o Direito (Transitório) à Memória', in Iva Delgado, Manuel Loff, António Cluny, Carlos Pacheco e Ricardo Monteiro (orgs.), *De Pinochet a Timor Lorosae. Impunidade e direito à memória*. Lisboa: Edições Cosmos e Fundação Humberto Delgado, 39-53.
- Couto, Fernando Amado (2011), *Moçambique, 1974. O fim do império e o nascimento da nação*. Lisboa: Caminho.
- Cruz, Pompílio da (1976), *Angola. Os vivos e os mortos*. Lisboa: Editorial Intervenção.
- Davies, Robert (1989), 'The SADF's Covert War Against Mozambique', in Jacklyn Cock e Laurie Nathan (orgs.), *War and Society. The militarization of South Africa*. Cidade do Cabo: David Philip, 103-115.
- Domingos, Nuno (2009), 'Memória Nacional e Cultura Mediática', *Le Monde Diplomatique*, n.º 35, Setembro de 2009.
- Domingos, Nuno; Pereira, Victor (orgs.) (2010), *O Estado Novo em Questão*. Lisboa: Edições 70.
- Dugos, Carlos (1975), *Descolonização: O malogro de dois planos*. Lisboa: Edições Acrópole.
- Duffy, James (1967), *A Question of Slavery: Labour policies in Portuguese Africa and the British protest, 1850-1920*. Oxford: Oxford University Press.
- El-Khawas, Mohammed A.; Cohen, Barry (orgs.) (1976), *National Security Study Memorandum 39: The Kissinger study of Southern Africa*. Westport: Lawrence Hill.
- Ellert, Henrik (1993), *The Rhodesian Front War: Counter-insurgency and guerrilla war in Rhodesia. 1962-1980*. Gweru: Mambo Press.

- Estado-Maior do Exército (1989a), 'Dispositivo das Nossas Forças – Angola', in *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, 2º volume. Lisboa: EME.
- Estado-Maior do Exército (1989b), 'Dispositivo das Nossas Forças – Guiné', in *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, 3º volume. Lisboa: EME.
- Estado-Maior do Exército (1989c), 'Dispositivo das Nossas Forças – Moçambique', in *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, 4º volume. Lisboa: EME.
- Evans, Michael (1985), 'The Front-Line States, South Africa and Southern African Security: Military prospects and perspectives', *Zambezia*, 12: 1-19.
- Ferreira, José Medeiros (1993), 'A Descolonização: Seu processo e consequências' in José Mattoso (org.), *História de Portugal. Portugal em transe*. Vol. VIII. Lisboa: Círculo de Leitores, 53-103.
- Ferreira, Vicente (1944), *Colonização Étnica da África Portuguesa*. Estudo apresentado ao IIº Congresso da União Nacional, Lisboa.
- Filho, Sílvio de Almeida Carvalho (s/d), *As Relações Étnicas em Angola: As minorias branca e mestiça (1961-1992)*. Fórum de quadros angolanos e angolanistas. Disponível em http://www.angolanistas.org/ZAZprincipal/r_etnicas.htm. Consultado a 9 de Julho de 2012.
- Flower, Ken (1987), *Serving secretly: An intelligence chief on record*. Alberton: Galago.
- Fanon, Frantz (1961), *Les Damnés de la Terre*. Paris: François Maspero.
- Gaspar, José Martinho (2001), *Os Discursos e o Discurso de Salazar*. Lisboa: Prefácio.
- Geldenhuis, Deon (1981), *The Constellation of Southern African States and the Southern African Development Coordination Council: Towards a new regional stalemate?* Braamfontein: The South African Institute of International Affairs.
- Gleijeses, Piero (2002), *Conflicting Missions. Havana, Washington, and Africa: 1959-1976*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press.
- Gominho, Adriano (2006), *Descolonização Exemplar ou Gaivotas que Voam*. E-Book. Disponível em www.retornadosdeafrika.blogspot. Consultado a 10 de Junho de 2011.
- Gonçalves, Custódio (2003), *Tradição e Modernidade na (re)Construção de Angola*. Porto: Afrontamento.
- Goulão, José (1986), *O Labirinto da Conspiração*. Lisboa: Caminho.
- Guardiola, Nicole (2009), 'A Aliança Secreta do Apartheid, Rodésia e Portugal', *África 21*, edição de junho: 17-25.
- Guerra, João Paulo (1988), *Os 'Flechas' Atacam de Novo*. Lisboa: Caminho.
- Hartog, François (2003), *Régimes d'Historicité. Presentisme et expériences du temps*. Paris: Seuil.
- Hacking, Ian (1996), 'Memory Sciences, Memory Politics', in Paul Antze; Michael Lambek (orgs.), *Tense past: cultural essays in trauma and memory*. Nova Iorque: Routledge.
- Heimer, Franz Wilhem (1980), *O Processo de Descolonização em Angola, 1974-1976*. Lisboa: Edições A Regra do Jogo.
- Hobsbawm, Eric J. (1995), *A Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª ed.
- Instituto Nacional de Estatística (2001), *Estatísticas Históricas Portuguesas*. Lisboa: INE.
- Isaacman, Allen; Isaacman, Barbara (1983), *Mozambique: From colonialism to revolution, 1900-1982*. Boulder: Westview Press.
- Jardim, Jorge (1976), *Moçambique: Terra Queimada*. Lisboa: Editorial Intervenção.
- Jelin, Elizabeth (1994), 'The Politics of Memory: The human rights movement and the construction of democracy in Argentina', *Latin American Perspectives*, 21 (2): 38-58.

- Jesus, José Duarte (2012), *A Guerra Secreta de Salazar em África*. Lisboa, D. Quixote.
- Judt, Tony (2002), 'The Past is Another Country: Myth and memory in post-war Europe', in Jan-Werner Müller (org.), *Memory and Power in Post-War Europe. Studies in the presence of the past*. Cambridge: Cambridge University Press, 157-183.
- Judt, Tony (2010), 'De Quem é Esta História? Retrospectiva da guerra fria', in *O Século XX Esquecido: Lugares e memórias*. Lisboa: Edições 70, 374-388.
- Leite, Joana Pereira (2001), 'Indo-Britanniques et Indo-Portugais: Présence marchande au Sud de Mozambique au moment de l'implantation du système colonial, de la fin du XIXème siècle jusqu'aux années 1930'. *Outre-Mers, Revue d'Histoire*, 1er semestre, 13-37.
- Leys, Colin; Saul, John S. (orgs.) (1995), *Namibia's Liberation Struggle. The two-edged sword*. Londres: James Currey.
- Lubkemann, Stephen C. (2003), 'Race, Class, and Kin in the Negotiation of 'Internal Strangerhood' among Portuguese Retornados, 1975-2000', in Andrea L. Smith (org.), *Europe's Invisible Migrants*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 75-93.
- Mabeko-Tali, Jean-Michel (2001), *Dissidências e Poder de Estado: O MPLA perante si próprio (1962 - 1977)*. 2º volume. Luanda: Editorial Nzila.
- Machado, José (1899), *Fornecimento d'Armas aos Matabelles, Zambesia Britanica e o territorio dos Swasis*. Lisboa, Typographia do Commercio de Portugal.
- Machel, Samora (1977), *A Vitória Constrói-se, A Vitória Organiza-se*. Maputo: Departamento do Trabalho Ideológico da FRELIMO.
- MacQueen, Norrie (1997), *The Decolonization of Portuguese Africa. Metropolitan revolution and the dissolution of empire*. Londres: Longman.
- Maharaj, Mac (1990), 'Determinantes Internas da Política Externa de Pretória', *Estudos Moçambicanos*, 7: 95-118.
- Marques, Silvino Silvério (2010), *Qual de Nós Terá Razão?* Lisboa: Prefácio.
- Martins, Hermínio (1998), *Classe, Status e Poder*. Lisboa: ICS.
- Mateus, Dalila Cabrita (1999), *A Formação das Elites Fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*. Mem Martins: Inquérito.
- Maxwell, Kenneth (1985), 'As Colónias Portuguesas e a sua Descolonização', *Revista Crítica de Ciências Sociais*, números 15/16/17: 529-547.
- M'Bokolo, Elikia (2007). *África Negra. História e Civilizações - Do século XIX aos nossos dias* (vol. 2). Lisboa: Edições Colibri.
- Mcmillan, Harold (1972), *Pointing the Way, 1959-1961*. Londres: Macmillan, 473-482.
- Meneses, Maria Paula (2010), 'O «Índigena» Africano e o «Colono» Europeu: a construção da diferença por processos legais', *e-Cadernos do CES*, 7: 68-93.
- Meneses, Maria Paula (2011), 'Images Outside the Mirror? Mozambique and Portugal in world history', *Human Architecture*, 9: 121-137.
- Mesquitela, Clotilde (1977), *Moçambique: 7 de Setembro. Memórias da Revolução*. Lisboa: Edições A Rua.
- Middlemas, Keith (1975), *Cabora Bassa: Engineering and politics in Southern Africa*. Londres: Weidenfeld and Nicolson.
- Minter, William (1988), *King Solomon's Mines Revisited: Western interests and the burdened history of Southern Africa*. Nova Iorque: Basic Books.

- Minter, William; Schmidt, Elizabeth (1988), 'When Sanctions Worked: The case of Rhodesia reexamined', *African Affairs*, 87 (347): 207-237.
- Minter, William (1998a), *Os Contras do Apartheid: As raízes da guerra em Angola e Moçambique*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
- Minter, William (1998b), *The Mozambican National Resistance (Renamo) as Described by Ex-Participants*. Washington DC: Research Report Submitted to the Ford Foundation and SIDA.
- Moiane, José P. (2009), *Memórias de um Guerrilheiro*. Maputo: King Ngungunhane Institute.
- Mondlane, Eduardo (1976 [1969]), *Lutar por Moçambique*. Maputo: Coleção 'Nosso Chão'.
- Morris, Michael Spence L. (1974), *Armed Conflict in Southern Africa: A survey of regional terrorisms from their beginnings to the present, with a comprehensive examination of the Portuguese position*. Cidade do Cabo: Jeremy Spence.
- Nelson, Harold (1983), *Zimbabwe: A country study*. Washington DC: The American University.
- Nogueira, Franco (1961), *As Nações Unidas e Portugal*. Rio de Janeiro: Olímpica Editora.
- Nogueira, Franco (1987), *O Estado Novo*. Barcelos: Livraria Civilização Editora.
- Nogueira, Franco (2000a), *Salazar. A Resistência (1958-1964)*. Volume V. Barcelos: Companhia Editora do Minho. (Artigo retornados)
- Nogueira, Franco (2000b), *Salazar, O Último Combate (1964-1970)*. Volume VI. Barcelos: Companhia Editora do Minho. (Artigo Introdução)
- Nogueira, Franco (2000c), *Um Político Confessa-se (Diário: 1960-1968)*. Porto: Civilização. (Artigo retornados)
- Nussey, Wilf (1972), 'The War in Tete, A threat to all in Southern Africa', *Johannesburg Star*, July 1 edition.
- O'Brien, Kevin A. (2011), *The South African Intelligence Services: From apartheid to democracy, 1960-2005*. Nova Iorque: Routledge.
- Okoth, Assa (2006), *A History of Africa 1915-1995 (vol. 2)*. Nairobi: East African Educational Publishers.
- Oliveira, Bernardino (org.) (1978), *Aqui (Portugal) Moçambique*. Famalicão: Edição do Autor.
- Oliveira, Mário António Fernandes de et al. (org.) (1979), *A Descolonização Portuguesa: Aproximação ao seu estudo*, 2º volume. Aveiro: Instituto Democracia e Liberdade.
- Oliveira, Pedro Ayres de (2007), *Os Despojos da Aliança: A Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa (1945-1975)*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Onslow, Sue (2009), 'Introduction', in Sue Onslow (org.) *Cold War in Southern Africa: White power, black liberation*. Londres: Routledge, 1-8.
- Pélissier, René (1986), *História das Campanhas de Angola. Resistências e revoltas, 1845-1941*. Volume I. Lisboa: Editorial Estampa.
- Pélissier, René (2000), *História de Moçambique. Formação e oposição, 1854-1928*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Penvenne, Jeanne Marie (1995), *African Workers and Colonial Racism: Mozambican strategies and struggles in Lourenço Marques*. Londres: James Currey.
- Peralta, Elsa (2011), 'Conspirações de Silêncio: Portugal e o fim do império colonial', *Le Monde Diplomatique*, n.º 52, edição de Fevereiro de 2011.

- Pimenta, Fernando Tavares (2004), 'Ideologia Nacional dos Brancos Angolanos (1900-1975)'. Comunicação apresentada no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, *A Questão Social no Novo Milénio*. Coimbra, 16-18 de Setembro de 2004.
- Pimenta, Fernando Tavares (2005), *Branco de Angola. Autonomismo e nacionalismo (1900-1961)*. Coimbra: Minerva História
- Pimentel, Irene Flunser (2007a), *A História da PIDE*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Pimentel, Irene Flunser (2007b), 'A Memória Pública da Ditadura e da Repressão', *Le Monde Diplomatique*, edição portuguesa de fevereiro de 2007.
- Pinto, António Costa (2004), 'Ajustando Contas com o Passado na Transição para a Democracia em Portugal', in Alexandra Barahona de Brito, Carmen González-Enríquez e Paloma Aguilar Fernández (orgs.), *Política da Memória. Verdade e justiça na transição para a democracia*. Lisboa: ICS, 87-108.
- Pires, Rui Pena; Maranhão, Maria José; Quintela, João P.; Moniz, Fernando; Pisco, Manuela, (1987), *Os Retornados: Um estudo sociográfico*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Pollak, Michael (1993), *Une Identité Blessée*. Études de sociologie et d'histoire. Paris: Éditions Métailie.
- Pratt, Marie Louise (2008), *Imperial Eyes: Travel writing and transculturation*. Nova Iorque: Routledge.
- Quintais, Luís (2000), 'Trauma e Memória: Um exercício etnográfico', *Etnográfica*, 4 (1): 61-88.
- Raimundo, Filipa Alves (2007), *The Double Face of Heroes. Transitional justice and the political police (PIDE/DGS) in Portugal's democratization (1974-1976)*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa, através do Instituto de Ciências Sociais. Lisboa.
- Reis, Carlos S. (1973), *A População de Lourenço Marques em 1894 (um censo inédito)*. Lisboa: Centro de Estudos Demográficos – Instituto Nacional de Estatística.
- Rhoadie, Eschel (1968), *The Third Africa*. Nova Iorque: Twin Circle.
- Ribeiro, Margarida Calafate (2004), *Uma História de Regressos. Império, guerra colonial e pós-colonialismos*. Porto: Edições Afrontamento.
- Ribeiro, Margarida Calafate; Vecchi, Roberto (orgs.) (2011), *Antologia da Memória Poética da Guerra Colonial*. Porto: Edições Afrontamento.
- Rita-Ferreira, António (1998), 'Moçambique post-25 de Abril: Causas do êxodo da população de origem europeia e asiática', in *Moçambique, cultura e história de um país*. Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra, 121-169.
- Rocha, Edgar (1977), 'Portugal, Anos 60: Crescimento económico acelerado e papel das relações com as colónias', *Análise Social*, 13 (51): 593-617.
- Rocha, Edmundo (2009), *Angola: Contribuição ao estudo da génese do nacionalismo moderno angolano (período de 1950 a 1964)*. Lisboa: Dinalivro.
- Rosaldo, Renato (1989a), *Culture and Truth: The remaking of social analysis*. Londres: Routledge.
- Rosaldo, Renato (1989b), 'Imperialist Nostalgia', *Representations*, 26: 107-122.
- Rosas, Fernando (1994), 'O Estado Novo (1926 – 1974)', in José Mattoso (org.), *História de Portugal. O Estado Novo (1926 – 1974)*. 7º volume. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Rosas, Fernando (2007), 'Prefácio', in João Madeira, Irene Flunser Pimentel e Luís Farinha (orgs.), *Vítimas de Salazar. Estado Novo e violência política*. Lisboa: Esfera dos Livros, 15-30.

- Rosas, Fernando; Pimentel, Irene Flunser; Madeira, João; Farinha, Luís; Rezola, Maria Inácia. (2009), *Tribunais Políticos. Tribunais militares especiais e tribunais plenários durante a ditadura e o Estado Novo*. Lisboa: Temas e Debates.
- Ruas, Henrique Barrilaro (s/d), *A Revolução das Flores: O governo de Palma Carlos*. Lisboa: Editorial Aster.
- S/a (1973), *Os Massacres de Mucumbura, Chawola, Wiriyamu e Juwau: Missionários apoiam a luta do povo moçambicano*. S/l, texto policopiado.
- Saavedra, Ricardo de (1975), *Aqui Moçambique Livre!*. Johannesburg: Livraria Moderna.
- Salazar, António de Oliveira (1959), 'Discurso de 22 de Maio de 1939', in *Discursos e Notas Políticas*. Volume III. Coimbra: Coimbra Editora.
- Salazar, António de Oliveira (1967), 'A Política de África e os Seus Erros (discurso pronunciado por Sua Excelência o Presidente do Conselho, Doutor Oliveira Salazar, na Homenagem prestada pelos Municípios de Moçambique, em 30 de Novembro de 1967)', *Boletim Geral do Ultramar*, 43 (509-510): 3-17.
- Santos, Boaventura de Sousa (1995), *Toward a New Common Sense: Law, science and politics in the paradigmatic transition*. New York: Routledge.
- Santos, Boaventura de Sousa (2000), *A Crítica da Razão Indolente: Contra o desperdício da experiência*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (2001), 'Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, Pós-colonialismo e Inter-identidade', in Maria Irene Ramalho; António Sousa Ribeiro (orgs.), *Entre Ser e Estar*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (2002), 'Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências', *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63: 237-280.
- Santos, Boaventura de Sousa (2004) (org.), *A Fita do Tempo da Revolução: A noite que mudou Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula (2006), *Identidades, Colonizadores e Colonizados: Portugal e Moçambique*. Relatório Final do Projecto POCTI/41280/SOC/2001. Coimbra: CES, Universidade de Coimbra.
- Santos, Boaventura de Sousa (2007), 'Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes', *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78: 3-46.
- Santos, Boaventura de Sousa (2009). 'Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes', in Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 23-71.
- Santos, Boaventura de Sousa (2013), *Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. Coimbra: Edições Almedina.
- Sarlo, Beatriz (2007), *Tempo Passado: Cultura da memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Saunders, Christopher (2011), 'The South Africa-Angola Talks, 1976-1984: A little-known cold war thread', *Kronos*, 37 (1): 104-119.
- Shamuyarira, Nathan (1977), 'The Lusaka Manifesto Strategy of OAU States and its Consequences for the Freedom Struggle in Southern Africa', *Utafiti: Journal of the Faculty of Arts and Social Science*, 2 (2): 247-266.
- Shubin, Vladimir (2008), *The Hot Cold War. The USSR in Southern Africa*. Scottsville: The University of Kwazulu-Natal Press.

- Smith, Andrea L. (2003), 'Introduction: Europe's invisible migrants', in Andrea L. Smith (org.), *Europe's Invisible Migrants*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 9-32.
- Smith, Ian Douglas (1997), *The Great Betrayal. The memoirs of Ian Douglas Smith*. Londres: Blake.
- Souto, Amélia Neves (2007), *Caetano e o 'Ocaso' do Império: Administração e guerra colonial em Moçambique durante o marcelismo (1968-1974)*. Porto: Afrontamento.
- Soutelo, Luciana de Castro (2009), *A Memória do 25 de Abril nos Anos do Cavaquismo: O desenvolvimento do revisionismo histórico através da imprensa (1985-1995)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, dissertação de mestrado em História Contemporânea.
- Spínola, António (1974), *Portugal e o Futuro*. Lisboa: Ática.
- Stiff, Peter (1999), *The Silent War: South African Recce operations, 1969-1994*. Alberton: Galago.
- Stora, Benjamin (2008), 'Préface', in Pascal Blanchard e Isabelle Veyrat-Masson (orgs.), *Les Guerres de Mémoires, la France et son histoire*. Paris: La Découverte, 7-28.
- Telo, António José (2003), 'Campanha de Moçambique', in Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (org), *Portugal e a Grande Guerra*. Lisboa: Diário de Notícias.
- Thiam, Iba Der; Mulira, James; Wondji, Christophe (1993), 'Africa and the Socialist Countries', in Ali A. Mazrui e Christophe Wondji (orgs.), *Africa Since 1935* (vol. 8). Berkeley: Heinemann, 798-828.
- Tomás, António (2007), *O Fazedor de Utopias: Uma biografia de Amílcar Cabral*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Traverso, Enzo (2011), *L'Histoire Comme Champ de Bataille. Interpréter les violences du XX siècle*. Paris: La Découverte.
- Traverso, Enzo (2012), *O Passado, Modos de Usar*. Lisboa: Edições UNIPOP.
- Valadão, Isabel (2012), *À Sombra do Imbondeiro. Estórias e memórias de África*. Lisboa: Bertrand.
- Valverde, Alfonso (1971), *As Chacinas de Mucumbura – Relatórios dos padres Alfonso e Martin*. S/l, texto policopiado.
- Viegas, Aida (2002), *Abandonar Angola. Um olhar à distância*. E-Book disponível em www.prof2000.pt/users/secjeste/aidaviegas/pg001090.html. Consultado a 10 de Junho de 2011.
- Villas, Gaspar do Couto Ribeiro (1929), *Os Portugueses na Colonização: Seu papel ao lado dos restantes povos no movimento colonizador – Esboço de história colonial*. Lisboa, Documento da Biblioteca da SGL.
- Welsh, Frank (2000), *A History of South Africa*. London: Harper Collins.
- Westad, Odd Arne (2007), *The Global Cold War: Third world interventions and the making of our times*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Young, Robert (2005), 'Postcolonialism: From Bandung to the tricontinental', *Historien*, 5: 11-21.

Fontes de Arquivo

- Arquivo da Defesa Nacional (ADN)
- Arquivo Histórico Diplomático/Fundo dos Negócios Estrangeiros (AHD/FNE)
- Forte de São Julião da Barra/Secretariado-Geral da Defesa Nacional (FSJB/SGDN), atualmente Arquivo da Defesa Nacional
- Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)